

## Orçamento Criança e Adolescente

20/02/2009



Por Lucídio Bicalho

No último dia 19 (quinta-feira), o Inesc participou de audiência pública na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) para analisar a apuração do Orçamento Criança e Adolescente (OCA) referente ao ano de 2007 no DF. O evento foi organizado por iniciativa da Deputada Distrital Erica Kokay (PT), que coordenou a mesa.

Participaram também da mesa Márcia Acioli (Inesc), Perla Ribeiro (Fórum DCA-DF), Luisa Marillac (Promotora dos Direitos da Infância e Juventude do DF), Assunção Fialho (coordenadora do Fórum Oca), José de Souza (Subsecretário de Planejamento e Orçamento do Governo do Distrito Federal), Domingos Francisco (Conselheiro Tutelar da Ceilândia e coordenador do Fórum OCA) e Pedro Torres, aluno da universidade de Brasília (UnB) e participante do projeto Protagonismo Juvenil, desenvolvido pelo Inesc.

A apuração da execução orçamentária das atividades de promoção dos direitos das crianças e dos adolescentes é uma determinação da Lei 4.086, de 2008, que diz que o GDF deve fazê-lo a cada ano. “Esta audiência pública visa aperfeiçoar a metodologia para garantir aquilo prevê que a Constituição brasileira, criança e adolescente é prioridade absoluta”.

Erica Kokay alertou para a insuficiência de detalhamento que aparece no relatório de apuração do OCA. “Há diferenças na apuração de alguns programas, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) entre 2006 e 2007”.

“O nível de execução do OCA representa menos de 5% do orçamento total do DF”, denunciou. A deputada Distrital mostrou-se apreensiva, já que não há sinais de que os direitos infanto-juvenis serão priorizados em 2009. “É baixíssimo o percentual de execução de programas que compõem o OCA esse ano”. A deputada Erika Kokay cobrou o aumento das dotações, a adequada execução dos programas e o aperfeiçoamento da metodologia e da legislação que orientam a apuração do documento.

Marcia Acioli ressaltou que o atual o momento é histórico. “É a primeira oportunidade no DF para discutir se o gasto com criança e adolescente é, de fato, prioridade na execução do orçamento público”, frisou a representante do Inesc. Acioli argumentou que a apuração deveria ocorrer mensalmente. Acioli destacou a importância de se envolver o público juvenil no processo de produção do OCA. Márcia chamou atenção para a importância de o orçamento expressar a promoção dos direitos e a superação das condições violadoras dos direitos das crianças e dos adolescentes.

Pedro Torres, adolescente que participa do projeto Protagonismo Juvenil, disse que o contato com o orçamento público permitiu aos alunos saberem da previsão de recursos para a reforma de suas escolas, mas também que não houve liquidação da verba. “Há vários adolescentes e jovens pelo país com as mesmas preocupações e que a oportunidade de expressarem suas realidades e preocupações pode colaborar para a elaboração de políticas públicas que promovam os direitos. A prioridade da criança e do adolescente no orçamento é possível”.

Domingos Francisco, Conselheiro Tutelar, ressaltou a negligência em relação ao artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente. “A agressão também ocorre quando a prioridade em relação à criança e ao adolescente não acontece no orçamento público”, disse.

Perla Ribeiro, do Fórum DCA, falou sobre a importância do monitoramento popular do orçamento público. “Não é possível negar o que é prioridade

quando se consulta como os recursos arrecadados são gastos”. Perla também cobrou mais clareza, transparência e divulgação do orçamento público. “É muito difícil ter acesso aos dados sobre a execução orçamentária, hoje, o monitoramento realizado pelo Fórum DCA-DF depende das informações repassadas pelo Ministério Público”.

Segundo Perla, o relatório OCA deveria trazer ações que não são exclusivas, mas que impactam as crianças e adolescentes. Também existem ações exclusivas que ficaram de fora do relatório OCA, como o gasto com os conselhos tutelares. Perla afirmou que o relatório deveria trazer também as fontes de financiamento. “Vários programas são financiados apenas com recursos do governo federal sem receber nenhuma contribuição do GDF”. Ela encerrou convidando todos a participarem do Fórum OCA-DF e lembrou a extrema importância de a sociedade participar do processo de planejamento das políticas que antecede a execução orçamentária e financeira: “Existem políticas cujos desenhos são distorcidos e outras que deveriam ser coordenadas entre si”, disse.

Assunção Fialho, coordenadora do Fórum OCA-DF, ressaltou que o Fórum OCA-DF é um espaço de reflexão sobre o tema do orçamento OCA. “O Fórum OCA-DF vê como um avanço a Lei 4.086, de 2008, que obriga a apuração do OCA. “No entanto, é importante esclarecer qual é a metodologia que está sendo utilizada para organizar o relatório, dado que existe um método de apuração reconhecido, elaborado pelo Inesc, a Fundação Abrinq e o Unicef”. Fialho cobrou a instalação da comissão prevista na Lei e que permitirá a participação da sociedade nos trabalhos de apuração do relatório.

Luisa de Marillac, promotora dos Direitos da Infância e Juventude do DF, considerou a audiência pública como um exercício de democracia participativa. “A sociedade começou a abrir a ‘caixa de pandora’ onde o orçamento público estava escondido”. Marillac pontuou a necessidade de um acompanhamento cotidiano de execução orçamentária, em especial, do OCA. Nesse sentido, destaca o avanço da Lei Orçamentária para 2009, que trouxe um detalhamento do OCA antes do início do exercício financeiro. “Foi uma avanço, mas esse documento também deve ser melhorado em sua metodologia”. Marillac defendeu a análise qualitativa da execução do OCA e a realização de audiências públicas com participação popular para discutir o orçamento.

José de Souza, Sub-secretário de Planejamento e Orçamento do Governo do Distrito Federal, afirmou que a metodologia de apuração é recente e que levará as observações ao staff do governo. “É bem vinda a sugestão de uma comissão com participação de representantes da sociedade visando aperfeiçoar a forma de elaboração do relatório”, concluiu.

A deputada Erica Kokay encerrou a audiência pública solicitando do representante do GDF um prazo para o Executivo responder as observações da audiência. “Também vamos buscar colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) uma regra para que haja divulgação mensal da execução do OCA”, disse a deputada.

[www.inesc.org.br](http://www.inesc.org.br)